

# REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE FONTES PARA O ESTUDO HISTÓRICO DA LÍNGUA

Rosane de Andrade BERLINCK  
UNESP - Araraquara/CNPq

Juliana Bertucci BARBOSA  
PG - UNESP-Araraquara /CNPq e CAPES/PDEE

Talita de Cássia MARINE  
PG - UNESP-Araraquara /CNPq e CAPES/PDEE

## RESUMO

*Este artigo aborda dificuldades de ordem teórico-metodológica na definição de critérios de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. A discussão está centrada na utilização de cartas e peças de teatro como fontes e destaca a importância do gênero textual no processo de construção de corpora.*

## ABSTRACT

*This paper deals with theoretical and methodological problems concerning the definition of criteria for the selection of sources for a historical study of language. This discussion focuses on the use of letters and theatre plays as such sources, and highlights the importance of genre in the process of corpora construction.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Carta. Peças de teatro. Corpus. Gênero textual. Variação e mudança lingüísticas.*

## KEY WORDS

*Letters. Plays. Corpus. Genre. Linguistic variation and change.*

## Introdução

Um dos mais intrincados desafios com o qual o historiador da língua se depara é o das fontes para o seu estudo em diferentes épocas. Por ter como objetivo seja o registro de um determinado estado passado de língua (sincronia no passado), seja o traçado de mudanças lingüísticas ao longo de extensos períodos de tempo (diacronia), o historiador trabalha, inevitavelmente, com registros escritos de épocas passadas. William Labov adverte para as dificuldades envolvidas nessa tarefa:

[...] os dados, que são ricos em tantos sentidos, são pobres em outros. Documentos históricos sobrevivem por acaso, não por um desígnio intencional, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das vernaculares dos escritores, refletindo, ao contrário, esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi língua nativa de ninguém. Como resultado, muitos documentos são totalmente afetados com os efeitos de hiper-correção, mistura de dialetos e erros de escribas. (LABOV, 1994, p. 11, tradução nossa)

É tendo em conta essas dificuldades que Labov, no mesmo texto, afirma que “a Lingüística Histórica pode ser concebida como a arte de fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p. 11). Torna-se, então, imperioso para o pesquisador, avaliar cuidadosamente os dados que a história lhe legou.

Essa avaliação será, naturalmente, guiada pelas perguntas nascidas da perspectiva teórica adotada. Partimos do modelo da Teoria da Variação e Mudança Lingüísticas (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001), que concebe a mudança como um conjunto de processos lentos e graduais, cujo completamento se dá após um período, por vezes bastante longo, de variação entre formas alternantes. Esses processos se iniciam nas interações orais, cotidianas e coloquiais,

dos falantes de uma mesma comunidade, desenvolvendo-se a partir da correlação entre as formas alternantes e fatores tanto de natureza lingüística como extra-lingüística (social e situacional). Assim, se a mudança nasce *na* e *da* variação, e se essa é característica da língua falada, cabe ao historiador da língua buscar nos documentos históricos disponíveis aqueles que mais refletem a linguagem usual, livre das pressões normativas – o vernáculo (tal como definido por Labov, 1972).

Uma abordagem assim orientada parece implicar que deveríamos excluir da investigação gêneros de textos tradicionalmente considerados “mais formais”, como documentos oficiais, manifestações de literatura oratória, editoriais. Se consideramos, porém, a escassez de fontes, notoriamente para alguns períodos mais antigos da língua, podemos “abrir mão” de textos então produzidos? Até que ponto uma revisão dos critérios de seleção, e de avaliação das fontes disponíveis, não nos permitirá incorporar um leque mais variado de manifestações lingüísticas como fonte de análise dos processos de variação e mudança?

São essas questões gerais que guiam a proposta deste artigo. Trata-se de uma discussão de ordem teórico-metodológica, em que pretendemos, particularmente, ressaltar a importância de se considerar o estudo de gêneros textuais no processo de construção de *corpora*. Partimos do pressuposto de que todo ser humano sempre irá se servir da língua em quaisquer de suas atividades e, a partir do interesse, da intenção e da finalidade de cada atividade, os enunciados lingüísticos se realizarão de maneiras diversas. Essas “maneiras diversas” de realização do enunciado – relativamente estáveis – são justamente o que Bakhtin (2000) denomina *gêneros do discurso* ou *gêneros textuais*.

Focalizaremos dois gêneros textuais – o epistolar e o teatral –, apoiando-nos nos seguintes pontos: (i) as cartas como fonte para pesquisas de variação/mudança; (ii) a definição de critérios para se estabelecer/descrever o referencial de formalidade na literatura epistolar de séculos passados, (iii) a relevância do estudo de cartas de leitoras de revistas femininas como fonte de dados não só para a investigação lingüística, mas também

para outras áreas de pesquisa (Antropologia, Psicologia, História, Sociologia); (iv) a definição de critérios para o emprego de peças teatrais na caracterização da expressão lingüística de um determinado período.

## 1 A correspondência como *corpus* para pesquisas de variação e história da língua

### 1.1 Características do texto epistolar

Como vimos no início deste artigo, uma das principais dificuldades enfrentadas pelo lingüista que estuda a mudança sob uma perspectiva diacrônica é a ausência de falantes de uma época passada, fazendo com que ele recorra a documentos escritos considerados representativos de um determinado período (LABOV, 1994).

Partindo dessa discussão – e acreditando que também podemos trabalhar a variação lingüística em textos escritos –, um tipo de texto bastante rico e complexo que pode ser utilizado como *corpus* para as pesquisas de variação/mudança não só sob uma perspectiva diacrônica, mas também sincrônica, é a carta.

A correspondência, além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, registra as memórias e as condições de vida (aspectos sociais) de uma época, servindo como fonte de estudos lingüísticos, sócio-históricos, etc (PORTELLI, 1989; GIBELLI, 2002; CASTILLO GÓMEZ, 2006; PETRUCCI, 2006).

Além disso, na carta podemos encontrar diferentes graus de formalidade, que podem variar do mais formal ao informal (ou até mesmo pessoal) dependendo da situação (contexto) em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário. Essa característica peculiar possibilita que o sociolingüista realize pesquisas que levem em conta o grau de formalidade ou estilo, fator cuja relevância para o estudo da variação e mudança já está bem estabelecida na literatura (LABOV, 1972; TRUDGILL, 1974). As cartas de leitoras de revistas femininas,

por exemplo – que serão abordadas na próxima seção deste artigo –, apresentam um alto grau de informalidade e marcas de oralidade.

Sobre a origem das cartas, Vives (1978) afirma que estas surgiram para que possamos transmitir aos outros nossas próprias idéias e pensamentos: *fiel intérprete e mensajera entre los hombres* (VIVES, 1978, p. 559), surgiu como um meio de comunicação à distância antes da era dos “telefones”, transmitindo informações essenciais não apenas pessoais, mas também sobre as condições de vida (aspectos sociais), de trabalho, do cotidiano, etc (CASTILLO GÓMEZ, 2006).

O texto epistolar, dessa forma, pode ser definido como:

Um texto constituído por uma comunicação escrita de natureza informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação, etc enviada por um remetente a um destinatário [...] destinada regularmente a circular em um âmbito restrito e com número de exemplares não superior ao número de destinatários; caracterizada pela previsão de recepção e por uma elevada possibilidade de resposta [...] (Petrucci, 2006, p. 2, tradução nossa)

Esta definição, dada por Petrucci (2006), na conferência de abertura do curso bianual da Escola Vaticana de Paleografia, em 2002, e posteriormente publicada em seu artigo *Escritura y epistolografia*, embora geral e abrangente, é pertinente e caracteriza o que representa um texto epistolar, tanto nas cartas mais recentes como nas mais remotas.

Cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, porém, todas elas possuem, de acordo com Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: *a complementaridade entre a ausência e a presença* (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 29). De acordo com esse autor, no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um diálogo.

Sendo assim, podemos afirmar que a carta busca sempre a presença do seu interlocutor – ou do outro, na visão de Bahktin –, e, embora

exista a distância que separa o locutor do receptor, procura cultivar o vínculo entre os participantes desse tipo de diálogo Além disso, a carta configura o lugar através do qual o emissor se manifesta e desenvolve sua identidade. Vale ressaltar que o homem, segundo Bakhtin, baseando-se em Marx, é visto como realidade social não porque se agrupa em sociedade, mas porque é necessariamente incompreensível fora do social.

De certo modo, como podemos observar até aqui, as cartas sempre incorporam a presença de um leitor, de um destinatário, o que Guillén (1998, p. 190-191) tem chamado de *interpersonalidade imaginada*, ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor” (o emissor sempre pensa em quem será o seu “outro”)

A carta, acrescenta Violi (1999), baseia-se em um efeito simultâneo de presença e ausência, em que, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar. Coloca-se em um tempo presente frágil, marcado pela nostalgia da presença perdida e a ansiosa espera da volta, de tal modo que a ausência pode fazer dela uma escritura de ficção.

Baseando-nos nessas características das correspondências, podemos observar que a carta é o lugar onde se encontram/conflitam as várias estratégias do autor/narrador e do receptor/leitor, constituindo-se uma fonte promissora para a pesquisa da variação/mudança lingüística.

## 1.2 O grau de formalidade em cartas antigas

Como mencionamos anteriormente, o nível de formalidade em uma carta pode variar do mais formal ao menos formal. Se, para os textos atuais parece não haver tantas dúvidas quanto à identificação desses diferentes graus de formalidade ao trabalhar esse gênero como *corpus*, em pesquisas de lingüística histórica, deparamo-nos com uma questão de difícil resposta: como saber o que, nas cartas produzidas em períodos antigos, pode ser considerado informal ou formal? Em suma, como definir o grau de formalidade em cartas em épocas passadas?

Esse é um dos desafios metodológicos enfrentados por aqueles que utilizam materiais não-literários para as investigações sobre a história da língua. Para enfrentar esse desafio, vimos a necessidade de discutir critérios que nos auxiliassem a distinguir o mais formal do menos formal em textos antigos.

Nas cartas, para tentarmos estabelecer essa distinção, temos que nos basear na sua estrutura formal e em seu conteúdo, aspectos tais como: introdução (saudações iniciais), desenvolvimento (assuntos), despedida. Neste artigo apontaremos alguns referenciais para se tentar distinguir cartas mais formais das menos formais em outros séculos.

Como vimos, nas cartas, a presença de um determinado destinatário condiciona o momento da sua produção. Quando aquele que escreve escolhe aquele para quem escreve, ele, conseqüentemente, modula o seu discurso de acordo com essa escolha. Nesse sentido, uma das estratégias que pode nos auxiliar na percepção do grau de formalidade nas cartas é, por exemplo, o estudo dos pronomes e expressões de tratamento. As expressões de tratamento exprimem o grau de distanciamento e a subordinação em que uma pessoa voluntariamente se põe em relação a outra, a fim de agradá-la e ensinar um bom relacionamento.

De acordo com Castillo Gómez (2006) – que estudou cartas escritas por espanhóis, durante o descobrimento e a colonização da América –, as cartas informais iniciavam-se com: *hermanos, amadas hijas, señora madre, señores padres, hermanos de mi corazón*, etc. (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 45). Já as cartas oficiais, memoriais, e outras variantes de cartas mais formais, adotavam um tom mais solene, de distanciamento, sendo encaminhadas a seus receptores iniciando-se com: *ilustrísimo señores, muy poderosos señores, muy magnífico e reverendo señor*, etc (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 45-46).

A influência do “outro” nas correspondências do século XVI e XVII no Brasil, por exemplo, pode ser percebida pela escolha das formas de tratamento encontradas nas cartas, como mostram os fragmentos a seguir:

- (1) Pax Christi: Depois da chegada do Bispo aconteceram algumas coisas, de que darei breve conta a Vossa Reverendíssima, para saber o que passa, para tudo encomendar a Nosso Senhor e nos avisar sempre no que poderemos errar. (NÓBREGA, M. *Carta ao Mestre Provincial*, 1552, grifo nosso)
- (2) Rezão hé que, Vossa Mercê, por sua boa condição se tanto comunica comigo tam yndigno, e me dá conta com tanto amor de sy, de seus gostos e desgostos, por suas cartas (...) (NÓBREGA, M. *Carta a Tomé de Souza*, 1559, grifo nosso)

Nas cartas destinadas ao Mestre Provincial, superior de Nóbrega dentro da Igreja, a formalidade, tal como pode ser observado, é marcada pelo emprego do pronome “Vossa Reverendíssima”, abreviado com V. R. ao longo da carta. Por outro lado, em outras cartas desse mesmo autor, como as enviadas ao o ex-governador geral Tomé de Souza (exemplo 2), um grau menor de formalidade é marcado pelo uso de outras formas de tratamento, como, por exemplo, o pronome “Vossa Mercê” (V. M.).

Nos círculos fechados, como o do clero, existe o emprego codificado de pronomes de tratamento laudatório, hierarquizados pela importância oficialmente atribuída a cada cargo. “Vossa Reverendíssima” emprega-se, no meio oficial para dirigir-se a Arcebispos e Bispos. É respeitando essa hierarquia que Nóbrega emprega em sua carta esse pronome de tratamento, pois ele utiliza o pronome respeitando o seu destinatário.

Por sua vez, o pronome “Vossa Mercê” (que deu origem ao atual “você”), utilizado por Nóbrega várias vezes ao longo de sua carta para se dirigir a Tomé de Souza, indica-nos qual o tipo de relação que existia entre esse jesuíta e o ex-governador geral. “Vossa Mercê” era título dado originalmente ao rei, mas que, assim como “Vossa Senhoria” e “Vossa Excelência”, acabou vulgarizando-se. Cintra (1972) mostra que o “atual” sistema de tratamento difere daquele encontrado nos primórdios de nossa língua, em que não havia tratamentos do tipo nominal (pelo menos não localizáveis nos textos).

Segundo esse autor, as formas nominais de tratamento sofrem um processo de especialização já no século XIV. Cintra (1972) descreve esse processo de mudança, relacionado-o a um processo de hierarquização cada vez maior da sociedade. “Vossa Mercê”, por volta de 1460, aparece como tratamento para o rei e deixa de ser usado com esta função em 1490. A degradação hierárquica é gradual e essa expressão passa a ser empregada quando se referiam a duques, depois a infantas, a fidalgos e, no século XVI, já é utilizada por Gil Vicente para patrões burgueses. A forma de tratamento “Vossa Senhoria” também sofre, em escala menor, o mesmo processo de perda gradativa de reverência: começa como tratamento ao rei, passa a ser empregado para fidalgos da nobreza e se estabelece num nível superior a “Vossa Mercê”.

Faraco (1996) afirma que a alteração do valor social da forma *Vossa Mercê* (e variantes) é resultante da rápida expansão dessas formas em Portugal. Inicialmente utilizada como tratamento ao rei, a forma “Vossa Mercê” – além de “Vossa Senhoria” – passa a ser empregada no tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e começa, aos poucos, a ser utilizada por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados, etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia. Num estágio final, já com menor grau de formalidade, vamos encontrar “Vossa Mercê” e “Vossa Senhoria” sendo utilizados como diferentes variantes sociais em oposição a *tu*, que era usado no tratamento mais íntimo.

Sendo assim, segundo Faraco (1996), a partir do século XVI, período em que os portugueses começaram a ocupar o Brasil, a degradação semântica sofrida por *vós*, a simplificação fonética de “Vossa Mercê” e o seu uso como “você” já se encontravam em uma etapa bastante avançada.

Podemos observar, a partir desses estudos, que Nóbrega, ao dirigir-se a Tomé de Souza empregando a forma de tratamento “Vossa Mercê”, expressa seu respeito em relação ao seu destinatário, empregando-o como mero tratamento de cortesia, mais generalizado. Isso nos mostra que entre Nóbrega e Tomé de Souza haveria uma relação mais próxima, de duas pessoas que já se conhecem há mais tempo, não existindo assim a

necessidade de um tom de solenidade entre eles. É importante destacar que Serafim Leite, ao fazer seus comentários na obra *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega* (NÓBREGA, 1955), já afirmava, em nota de rodapé, que esta carta do jesuíta ao ex-governador Geral, é uma *correspondência epistolar afectuosa*.

Com base nessas discussões em torno das expressões de tratamento nas cartas analisadas, pudemos observar que, nas relações da vida cotidiana ou oficial, a situação, a posição e a importância social do destinatário influenciam na comunicação verbal de forma bastante relevante, ou, nas palavras de Bakhtin:

A estrutura da sociedade em classes introduz nos gêneros do discurso e nos estilos uma extraordinária diferenciação que se opera de acordo com o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela forma privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário e, de modo correlato, de acordo com a situação do próprio locutor (ou escritor). (BAKHTIN, 2000, p. 322)

Para tentar identificar o grau de formalidade ([+] ou [-] formal) de uma carta também podemos analisar suas formas de despedidas. De acordo com Castillo Gómez (2006, p. 49), ao terminar uma correspondência, o emissor também adapta o seu texto (despedida) de acordo com seu destinatário, tal como ocorrem nos seguintes fragmentos de cartas escritas no século XVI no Brasil:

- (3) Desta Baya a 5 de julho de 1559.  
Orador e servo de V. M. em Christo, Manuel da Nóbrega.  
(NÓBREGA, M. *Carta a Tomé de Souza*, 1559)
- (4) Tu autem, Pater, ora pro omnibus et presertim pro filiis quos enustristi. Lance-nos a todos a benção de Christo Jseu dulcíssimo. Desta Baya, 1549. Padre Manuel da Nóbrega. (NÓBREGA, M. *Cartas ao Mestre Provincial de Lisboa*, 1549).

Como podemos observar, no exemplo (3), Nóbrega ao se despedir de Tomé de Souza: (i) não usa termos em latim, (ii) não elabora uma despedida cerimoniosa (longa), como costuma aparecer em suas cartas enviadas a seus superiores, e (iii) utiliza a forma de tratamento “Vossa Mercê” para se referir ao seu receptor. Essas marcas nos demonstram que essa carta de Nóbrega possui um menor grau formalidade. Por outro lado, no exemplo (4), Nóbrega ao se despedir de seu superior – o Mestre Provincial Simão Rodrigues – utiliza vários termos em latim, dando um tom de solenidade à despedida; isso nos indica que esse texto possui um grau de formalidade maior se comparado com a carta de Nóbrega a Tomé de Souza.

Discutindo sucintamente esses exemplos, podemos perceber que, para enfrentar o desafio da identificação da escala de formalidade no texto escrito, é necessário estabelecer – e descrever – um referencial que nos oriente a distinguir o mais formal do menos formal. Acreditamos que quatro pontos são essenciais para a elaboração desse referencial:

- (a) reunir informações sobre o perfil sócio-cultural de cada autor das cartas;
- (b) examinar gramáticas e manuais de cada período para sabermos o que a norma culta previa, no período analisado;
- (c) analisar o assunto das cartas;
- (d) e, por fim, apoiando-nos nos pontos anteriores, verificar e analisar a relação entre emissor e receptor das cartas (formas de tratamento, despedidas, etc).

### **1.3 As cartas das leitoras de revistas femininas: um novo enfoque possível para os estudos variacionistas**

Tal como observamos há pouco, a questão da gradação formal no texto escrito constitui fator essencial num trabalho de abordagem variacionista, seja este sincrônico ou diacrônico, já que fenômenos

lingüísticos de variação tendem a “se mostrar” em textos mais informais, dada a despreocupação do falante – ou menor preocupação – com a *maneira do dizer*, centrando-se, sobretudo, *no que diz*.

A escrita, como se sabe, por muito tempo foi vista como uma manifestação da linguagem mais formal, estritamente ligada às normas ditadas pela Gramática Tradicional. Talvez por isso, os estudos de variação e mudança lingüísticas norteados pelo modelo teórico-metodológico laboviano (LABOV, 1972, 1994) inicialmente privilegiaram o estudo da modalidade falada da língua, já que esta, em geral, seria vista como mais informal, ou seja, menos marcada pela preocupação em se adequar à norma padrão.

No entanto, embora a escrita normalmente seja considerada uma manifestação da linguagem mais formal, que utiliza recursos que obedecem mais estritamente às normas ditadas pela gramática tradicional, é importante salientar que, de fato e com frequência, ela se utiliza de recursos associados à linguagem oral. Com a intenção de se tornar mais persuasiva, busca aproximar-se mais do leitor. Essa intenção de criar mais intimidade é que vai determinar um grau maior ou menor de oralidade na escrita. Vale ressaltar, seguindo Kato (1986), que a escrita e a fala são realizações de uma mesma gramática, havendo variação na forma pelas quais as atividades lingüísticas são distribuídas entre as duas modalidades devido a diferenças temporais, sociais e individuais.

Na prática, os textos escritos, em geral, são, de fato, mais formais que os textos orais. Isso se dá porque a maioria dos contextos de escrita acaba exigindo daquele que escreve uma preocupação maior com os recursos lingüísticos típicos do texto escrito, que estão mais ligados às normas da gramática tradicional.

Por outro lado, é fato também que existem contextos de escrita – como uma carta pessoal, por exemplo – que permitem ao indivíduo usar uma escrita mais informal, mais despreocupada com as normas gramaticais. Em situações como esta, *o que se diz* (o conteúdo) é tido como mais importante do que o *modo como se diz* (forma).

Inversamente a esta situação, existem contextos de fala que exigem do locutor um alto grau de formalidade como, por exemplo, uma palestra. Isso porque, em situações como esta, muitas vezes o *modo como se diz* é tão ou mais valorizado do que o *que se diz*, visto que a fala formal, em tais contextos, confere prestígio ao falante.

Partindo de tais pressupostos, cremos que seja possível fazer a seguinte afirmação: o maior ou menor grau de formalidade de um texto está muito mais ligado ao contexto em que é produzido do que à sua modalidade (escrita ou falada).

Diante disso são inaceitáveis, embora bastante comuns ainda hoje, as tentativas de diferenciação entre textos falados e escritos que tendem a verdadeiras dicotomizações entre tais modalidades da língua. Como se o “oral” e o “escrito” fossem dois opostos de realização de uma dada língua, como se pudessem ser simplesmente separados em dois blocos distintos: o da escrita, marcado pelo rebuscamento lingüístico, pela formalidade, e o da fala, pela despreocupação com as normas gramaticais e pela informalidade.

A esse respeito, Kress (1992) afirma que, embora a fala e a escrita apresentem diferenças retóricas e conceituais bem marcadas, parece que *a percepção do escritor em relação à sua audiência* (mais formal/menos formal) é que determina as diferenças sintáticas formais das sentenças e sua estruturação em textos. Assim como esse autor, acreditamos que tal percepção do escritor – e também do falante – em relação ao seu público, bem como a intenção de se criar uma situação de maior intimidade é que vão determinar um grau maior ou menor de oralidade na escrita, independentemente de gênero e registro.

No entanto, não podemos ignorar o fato de que existem, sim, gêneros textuais que se mostram mais propensos a um maior ou a um menor grau de formalidade. Bakhtin (2000), por exemplo, divide os gêneros do discurso em dois grandes “grupos”: os primários e os secundários. Os gêneros primários são aqueles que emanam de situações de comunicação verbal espontâneas; nesses gêneros temos um uso mais imediato da

linguagem, como o que se observa, por exemplo, nos diálogos com a família, nas reuniões de amigos etc. Já os gêneros secundários são aqueles que exigem uma preparação prévia de seu conteúdo por parte do escritor/falante, pois neles existe um meio para que seja configurado; esse meio, geralmente, é a escrita, uma forma mais “planejada” da linguagem que constrói a ação verbal em situações de comunicação menos espontâneas: artística, cultural, política.

É importante observar que os gêneros secundários modificam os primários. Tanto é que segundo Pontes (1988), há uma grande necessidade de se diminuir o fosso entre a língua coloquial e a literária, pois, entre elas, existem muito mais semelhanças do que se pensa. Essa autora, baseando-se em um estudo de Lakoff & Johnson (1980), ressalta que a linguagem coloquial é repleta de metáforas e que a transposição das metáforas do dia-a-dia para a linguagem literária carrega consigo uma carga significativa de oralidade.

Considerando todas essas questões apresentadas e, mais uma vez, lembrando o fato de que a sociolingüística laboviana aponta preferencialmente para o uso de um *corpus* de língua falada em suas investigações, gostaríamos de chamar a atenção para um tipo de texto que pode servir como fonte riquíssima de análise científica para as mais diversas áreas das Ciências Humanas, como as Ciências Sociais, a Política, a História, a Psicologia e a Lingüística. Esse “tipo de texto” são as cartas de leitoras de revistas femininas, cujos fragmentos são publicados numa seção dedicada especialmente a elas: a seção de cartas.

Tal como vimos na seção anterior deste artigo, pensando no gênero textual “carta”, podemos afirmar que existem pelo menos dois tipos de cartas: as formais e as informais, sendo, como se pode imaginar, essas últimas as que nos interessam. As informais são aquelas que há tempos são denominadas “cartas de amor”, “cartas de amigo” e “cartas familiares”. Dentro deste grupo, também podemos acrescentar uma modalidade “nova” de carta no Brasil, a qual surgiu com o desenvolvimento da imprensa escrita, por volta de meados de século XVIII e início do XIX, que são as cartas dos leitores de jornais e revistas.

A seção de cartas dos leitores, desde que surgiu, acabou se cristalizando na maior parte desses tipos de veículo de comunicação, apresentando-se ora mais, ora menos formais. Como nosso interesse está nestas últimas, centraremos nossas considerações apenas nelas.

Partindo do pressuposto de que cartas de leitores com características informais estariam em revistas cuja linguagem fosse mais informal e que abordasse temas mais ligados a questões pessoais e do cotidiano, percebemos que algumas revistas femininas se encaixavam perfeitamente dentro deste padrão. É o caso da brasileira *Capricho* e da portuguesa *Ragazza*; ambas são destinadas a um público jovem essencialmente feminino, de “classe média” e abordam temas bastante atrelados a questões de relacionamentos amorosos e às angústias, curiosidades e aventuras da adolescência: primeiro beijo, primeira transa, namoros, traições, amizades, menstruação, dietas, etc.

Do ponto de vista dos critérios para seleção de fontes para o estudo histórico da língua, tais cartas apresentam uma característica inestimável: não passam por nenhum processo de edição na maneira como foram escritas. O que há é o “corte” de alguns fragmentos, visto que geralmente as cartas não são publicadas na íntegra. Nelas nos vemos diante de um texto escrito profundamente marcado pela oralidade, inserido num *continuum* entre a escrita e a fala, que, segundo Marine (2004), pode ser denominado *língua oral-escrita*.

Vejam os dois exemplos que seguem abaixo, atentando-nos em especial para os trechos em destaque:

- (5) Meu namorado, o Maurício, vivia inventando jogos de futebol à noite, jantares inadiáveis. Eu nem sou superciumenta, mas também não consigo ficar achando que isso é normal. Fiquei com a pulga atrás da orelha. Cada vez que aparece uma história dessas eu fico morrendo de ciúme. Não falo nada, mas acabo investigando. Já descobri duas mentiras, e af rodei a baiana. Ele jurou que nunca mais ia mentir, eu fingi que acreditei e a gente fez as pazes./ Maria Luíza, 17 anos (*Capricho*, Fevereiro de 1996).

- (6) A minha melhor amiga anda com um rapaz do nosso grupo superporreiro. O melhor amigo é um rapaz encantador que está louco por mim. Os três passam o tempo a chatear-me e a dizerem-me que seria o máximo podermos andar os quatro, aos casais. A minha amiga diz assim teríamos uma confiança total e poderíamos estar sempre juntas. Todos tentam fazer-me andar com ele, mas apesar de ser um rapaz simpático, não me apetece nada ser namorada dele. O problema é que me pressionam tanto que acho que um dia ainda acabamos envolvidos só por causa disso. Como é que faço perceber à minha amiga e ao namorado dela que não quero andar com aquele rapaz sem que eles se chateiem comigo? Luísa-Coimbra/*Pensa bem, e muito seriamente, se realmente não gostas desse rapaz. Se tens a certeza de que não queres andar com ele diz à tua amiga que não podes fazer isso porque como é um rapaz tão porreiro seria injusto começares alguma coisa com ele que só pode terminar mal e tu não queres magoá-lo. [...]. Ah! E se explicares tudo isto com muita tranquilidade, dizendo-lhes que aprecias muito aquilo que tentam fazer por ti, mas que não é o melhor porque essa solução não te faria feliz e seria injusto dar algum tipo de esperança a um rapaz tão porreiro e que, ainda por cima, é amigo deles, nenhum dos dois tem por que se chatear, vais ver* (Ragazza, Fevereiro de 1999).

Como pode ser observado, os trechos sublinhados demonstram claramente a oralidade e a informalidade desses textos, visto que muitas expressões, marcações discursivas e a própria escolha do léxico são típicas da fala coloquial.

No exemplo (6), o trecho em itálico, que representa a resposta da Revista à pergunta da leitora, além de contemplar todas as características anteriormente apresentadas, demonstra que a maneira como a resposta é construída mostra-se muito semelhante a um diálogo, ou seja, a um texto de interlocução presencial; daí, mais uma vez, a marcação informal desse tipo de texto que se apresenta como uma espécie de diálogo entre amigas mais preocupadas com *o que dizem* do que *como dizem*.

A esse respeito, de acordo com Marine (2004), a preocupação das revistas femininas em interagir com suas leitoras fica evidente na seção de cartas, em que observamos uma verdadeira relação de confiança e amizade entre a leitora e a revista. Mira (2001) comenta que, na França, por exemplo, as revistas femininas do século XX – principalmente a partir dos anos 50 – que publicavam trechos de cartas e suas respectivas respostas faziam muito sucesso, enchendo a redação de tormentos e pedidos de ajuda de toda a espécie.

É importante destacar uma característica bastante interessante da Seção de Cartas desse tipo de revista: a interação “leitora-revista” não ocorre apenas entre uma dada leitora, ou seja, aquela que envia a carta, e a revista, pois as cartas lidas retratam situações que estão acontecendo ou poderiam acontecer com qualquer uma das leitoras. Logo, a seção de cartas constitui-se como uma espécie de “reunião entre amigas”, na qual essas amigas trocam entre si confidências, desabafos, dúvidas, aflições, momentos de alegria, pedem conselhos e sabem que, na “voz” da revista e nas das suas outras “amigas” leitoras, podem ser encontradas respostas, pois lá está a seção de cartas, toda semana (ou mês) para dar-lhes os conselhos, enfim, para dar-lhes a solução para seus problemas, medos e ansiedades.

Como podemos observar, o contexto em que estão inseridas essas cartas e os temas que são abordados contribuem para a criação de uma situação de intimidade entre a revista e as leitoras, o que acaba conduzindo-as para uma produção de cartas mais informais e, portanto, de uma escrita mais informal. Essa escrita, ou melhor, essa *lingua oral-escrita*, pode constituir um *corpus* bastante adequado e eficiente para um estudo variacionista: se o pesquisador puder observar variações lingüísticas nesse tipo de texto, isso demonstrará que o fenômeno pesquisado já está em um estágio avançado de variação, visto que já está “se mostrando” no universo do texto escrito.

## 2 Sobre a utilização de peças teatrais para o estudo da história da língua

Até o momento nos dedicamos a refletir sobre um tipo de texto que se caracteriza por ser produzido em situações reais: envolve falantes de uma mesma comunidade em um ato concreto e motivado de comunicação. Como já foi ressaltado, mesmo que a carta apresente uma situação específica de interação, marcada pela distância temporal e espacial entre escrevente e destinatário, não deixa de representar, na sua essência, uma forma de diálogo; de modo que é possível identificar no texto as marcas da presença do “destinatário ausente”. Na presente seção vamos voltar para um outro tipo de textos, que mantém uma relação indireta com o uso da linguagem em situações concretas de enunciação – o texto dramático. Nosso objetivo é discutir a validade e a adequação do emprego de textos dessa natureza como fontes primárias para o estudo histórico da língua.

É preciso lembrar que o interesse nesse gênero textual como possível fonte de dados lingüísticos ganhou um novo significado no âmbito da perspectiva teórica que, como já afirmamos, concebe a mudança lingüística como um conjunto de processos lentos, graduais, que podem ser detectados, não apenas em sua fase de completamento, mas em estágios iniciais e intermediários (WEINREICH, LABOV, HERZOG 1968; LABOV 1972, 1994). Na medida em que tais processos se iniciam na língua falada, nas interações cotidianas e coloquiais dos falantes de uma mesma comunidade, a observação de uma fonte que *representa* esse tipo de interação, em períodos para os quais não se dispõe de dados concretos de fala, parece constituir um recurso inestimável.

Assim, se, por um lado, seria natural excluir o texto literário dos *corpora* construídos para o estudo da mudança, por outro, as dificuldades encontradas pelo pesquisador na recolha de fontes e o natural atrativo que traz o gênero teatral, na medida em que se estrutura sobre o diálogo garantiram um lugar de destaque a esse gênero de textos em um número

considerável de estudos recentes sobre a história do português brasileiro (Cf., entre outros, TARALLO, 1983; BERLINCK, 1989, 2001; DUARTE, 1993, 1995; CYRINO, 1993, 1997).

A potencial riqueza de informações que textos dramáticos podem nos fornecer não nos dispensa, porém, de um olhar crítico e criterioso sobre a sua utilização para a análise de possíveis fenômenos de variação e mudança lingüística. Com esse objetivo, propomos uma reflexão a partir das conclusões obtidas por dois estudos de fenômenos variáveis no português: (i) a análise da realização do objeto direto anafórico em comédias brasileiras do século XIX) (CYRINO, 1993) e (ii) a análise da ordem sujeito-verbo em três comédias de José de Alencar (BERLINCK, 1999).

No primeiro desses estudos, Cyrino traça o percurso de mudança que levou ao gradual declínio do uso do pronome clítico acusativo de terceira pessoa e sua paralela substituição pelo chamado objeto nulo ou pela forma tônica do pronome (*'ele'*). Interessa-nos analisar, particularmente, os resultados que ela obteve para o século XIX, considerado desde os trabalhos pioneiros de Tarallo, um momento decisivo para a manifestação de uma “gramática brasileira”. Analisando comédias de Martins Pena, José de Alencar e Artur de Azevedo, a autora verifica que nesse período o pronome clítico ainda é a opção mais freqüentemente empregada; o que chama a atenção, no entanto, em sua análise, é o fato de terem-se registrado, e pela primeira vez no *corpus* estudado, casos de objeto direto anafórico representado por um pronome tônico.

O resultado é muito significativo. Mais, a nosso ver, do que foi explorado. Acreditamos que, se levarmos em conta a natureza potencialmente “plurilíngüe” do texto e, em especial, do texto dramático, podemos identificar relações entre usos lingüísticos e papéis sociais. Se esse tipo de texto é construído para representar várias vozes, a linguagem deveria ser empregada pelo autor de modo a definir os diversos personagens. Assim, existe uma possibilidade de se estabelecer uma relação pertinente entre as características não-lingüísticas de cada personagem –

idade, sexo, ocupação, grau de escolaridade – e a expressão variável de aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais.

Vejamos como isso se manifesta nos dados analisados por Cyrino. Temos reproduzidos em (7 a-h) os casos de objeto direto realizado por meio de um pronome tônico na peça *O Demônio Familiar*, de José de Alencar (os exemplos são de ALENCAR, 1960):

- (7)a. Se nãnhã chegar na janela depois do almoco há de ver ele passar, só gingando: Tchã, tchá, tchá... Hum!... Mõço bonito mesmo! (p. 85)
- b. Nhonhô não sabe? Ela tem paixão forte por Sr. moço Eduardo; quando vê ele passar, coração faz tuco, tuco, tuco! Quer casar com doutor. (p. 88)
- c. O pior é se vai perguntar, como outro dia, por que Sr. moço não vai visitar ela; eu respondi que era para não dar que falar; (...) (p. 88)
- d. Já perguntou por que V. M.<sup>cé</sup>. não vai visitar ela! (p. 99)
- e. – Sr. Azevedo acha ela bonita?  
– Acho; por isso é que me caso. (p. 116)
- f. – Então rapaz fino volta as costas, assim como quem não faz caso; e moça só espiando ele. (p. 127)
- g. – Sim, senhor; nãnhã Carlotinha não quer deixar ela ir. (p. 27)
- h. – V.M.<sup>cé</sup> bem viu, no domingo, ela me dar a sua vista, e eu entregar na rua a ele, a Sr. Azevedo. (p. 128)

Todos os dados ocorrem na fala do personagem Pedro, um jovem negro, escravo, centro das peripécias e intrigas que marcam o enredo. Esse personagem é caracterizado como interesseiro, malandro; sua linguagem se aproxima muito da expressão infantil. O fato de os dados de pronome tônico na função de objeto direto estarem concentrados apenas em sua fala não nos parece fortuito. Esse emprego agrega à forma certos valores, sugerindo que é própria de uma variedade popular (e inculta). Assim, o uso feito pelo autor revela mais sobre uma *norma subjetiva* (aquilo que se acha correto e prestigioso) que sobre a *norma objetiva*, vigente no momento histórico analisado.

O segundo estudo tem como pano de fundo o processo de enrijecimento pelo qual passou a ordem dos constituintes maiores da sentença em português. Berlinck (1989), por exemplo, mostra que ocorre uma restrição progressiva da freqüência geral de posposição do sujeito e dos contextos em que o sujeito posposto é empregado.

No estudo de 1999, compararam-se os resultados de uma análise da ordem variável entre sujeito e verbo que assume uma perspectiva polifônica para o texto dramático, computando os dados relativos à posição do sujeito também em função das características não-lingüísticas definidoras de cada personagem em três peças de José de Alencar (*O Demônio Familiar*, *Verso e Reverso* e *O Crédito*) (Estudo B), com os resultados de um estudo anterior que, entre os textos analisados, inclui apenas uma comédia do mesmo autor (*O Demônio Familiar*) e em que os dados foram tratados de maneira homogênea (Estudo A).

Um dos aspectos extralingüísticos focalizados foi o *tipo de relação entre os interlocutores*. Quando se restringe a análise aos dados obtidos nas falas que refletem uma relação “informal”, o contraste entre os dois estudos é bastante significativo, como nos mostra o gráfico 1 (adaptado de BERLINCK, 1999):

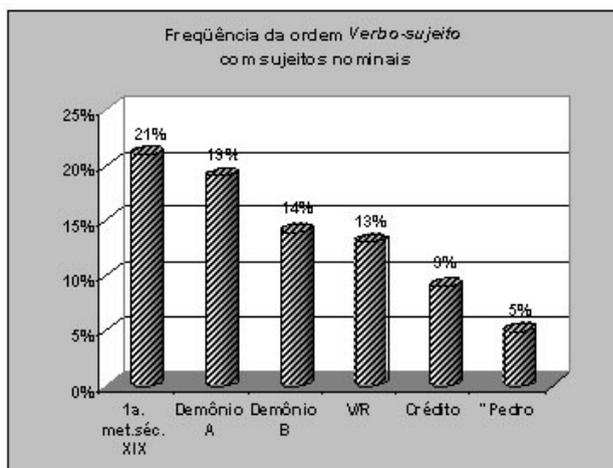


GRÁFICO 1 – Posposição do sujeito em comédias do século XIX.

A freqüência de posposição com sujeitos nominais verificada em (A) – 21%, um resultado mais geral para a primeira metade do século XIX, passa a 14%, 13% e 9% em (B), dependendo da comédia analisada. Compare-se, ainda, a freqüência de posposição na mesma peça – *O Demônio Familiar* –, quando se apresenta um resultado geral (Demônio A) e quando apenas as falas “informais” são computadas (Demônio B). Esse índice é ainda menor quando consideramos apenas a fala de um personagem – o mesmo escravo Pedro de *O Demônio Familiar*: apenas 5% de posposição.

O contraste se mantém ao analisarmos a posição do sujeito em função do tipo de predicador, tendo em conta o grau de formalidade da interação: entre aqueles predicadores que comprovadamente constituem o contexto mais favorável à posposição – os verbos inacusativos –, temos 47% em (A), 38% (*O Demônio Familiar*) e 25% (*O Crédito*) em (B) e nenhum caso de posposição na fala de Pedro.

Desse modo, a opção por um tratamento que leve em conta a multiplicidade de vozes que constitui o texto dramático revelou-se pertinente e capaz de fornecer um conjunto mais rico de informações sobre a variação do que se tem obtido da análise desse tipo de texto. Abre-se uma via possível de reinterpretação de resultados, com um conseqüente refinamento das conclusões já disponíveis sobre o português brasileiro.

Dos resultados específicos a que se chegou nos dois estudos, é possível concluir que a utilização de textos dramáticos como fonte de dados para o estudo da variação e da mudança lingüística deve ser precedida de um embasamento sobre o contexto sócio-histórico em que o texto foi produzido, notadamente quanto à estrutura da sociedade da época. Esse cuidado metodológico, aliás, deve, no nosso entender, pautar qualquer estudo histórico da língua, qualquer que seja a natureza das fontes analisadas. Um outro ponto é a necessidade de se analisar a linguagem empregada nos textos respeitando seu caráter dialógico e potencialmente plurilíngüe ou pluridialeto. Assim orientada a pesquisa, e sem esquecer

o papel do autor na construção/representação de um contexto histórico e de sua linguagem, os textos do gênero dramático podem constituir uma fonte de dados para a análise da variação lingüística potencialmente mais rica do que se supôs até agora.

### 3 Considerações finais

Este trabalho centrou-se na discussão das dificuldades de ordem teórico-metodológica na definição de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. Ressaltamos, principalmente, a importância de levarmos em consideração o estudo de gêneros textuais ao escolhermos os *corpora* para pesquisas lingüísticas.

Para isso, concentramo-nos em dois gêneros textuais que acreditamos ser promissores (ou ricas fontes) para pesquisas lingüísticas – e de outras áreas. O primeiro deles é a carta, um texto produzido em situações reais, por falantes que desejam se comunicar, com um caráter interativo (uma espécie de “diálogo”), em que a presença do receptor está constantemente marcada no texto. O segundo é o texto dramático, um texto literário, em que seria possível observar, no conjunto das falas dos personagens, uma tentativa de reprodução da língua falada em uma determinada época, em diferentes contextos.

Vimos o quanto o estudo do gênero textual e das peculiaridades inerentes a determinados tipos de texto é importante para a seleção de fontes de estudos lingüísticos, visto que tais aspectos, além de demonstrarem se dado texto pode ou não ser adequado ao estudo de determinados fenômenos lingüísticos, acabam por se relacionar diretamente com um outro fator que é indispensável a estudos da língua, sobretudo os de abordagem variacionista: o grau de formalidade ou estilo.

Tanto no texto epistolar quanto no dramático podemos trabalhar a questão do grau de formalidade, que vai influenciar no uso de determinadas formas lingüísticas. Nesses dois tipos de texto, o grau de formalidade é resultado da combinação de vários fatores, tais como: “quem

fala com quem”, “o assunto”, “o lugar”, “os personagens”, “o tipo de texto dramático” (comédia, drama). Esses fatores, conjuntamente, vão favorecer o aparecimento ou a omissão de determinados fenômenos lingüísticos.

Como ressaltamos ao longo da discussão, a *formalidade* tem uma natureza escalar. Ela pode e deve ser tratada como um *continuum* entre “o mais e o menos formal”. O pesquisador dificilmente poderá taxar um dado texto como “formal” ou informal” de maneira definitiva, já que toda avaliação é feita a partir das relações que o texto analisado mantém com um conjunto de outros textos, pertencentes ou não ao mesmo gênero.

Acreditamos que, ao considerar esse conjunto de fatores – que definem condições de produção do texto –, o pesquisador disporá de recursos mais confiáveis para auxiliá-lo na tarefa de determinar o grau de formalidade presente em seu *corpus*. Cabe ressaltar o quão relevante é identificar o grau de formalidade, já que a partir dele podemos observar a propensão à informalidade de alguns textos escritos; em especial, aqueles em que o diálogo – ora mais, ora menos marcado –, como ocorre com o texto epistolar e o dramático, está presente. Essa avaliação é muito importante para o estudo da variação e da mudança lingüística, na medida em que, como se sabe, esses processos nascem em contextos de maior informalidade.

Com essas reflexões, buscamos delinear um procedimento válido tanto para a análise de textos modernos, quanto de textos produzidos em sincronias passadas e, portanto, irremediavelmente distantes da intuição do pesquisador.

Gostaríamos, finalmente, de ressaltar que, como já indica o título de nosso artigo, este trabalho apenas discute/aponta alguns dos problemas teórico-metodológicos enfrentados pelo lingüista. Outros existem; o que tentamos mostrar é que o pesquisador deve sempre tentar buscar recursos (dentro da própria língua) para assegurar a confiabilidade dos resultados de sua pesquisa.

## Referências

- ALENCAR, J. de. *Obra completa*. Teatro, poesia, crônica, ensaios literários, escritos políticos e epistolário. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. v. 4.
- BAKHTIN, M. [1929]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BERLINCK, R. de A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989. p. 95-112.
- BERLINCK, R. de A. *Dativo ou locativo?* Sobre sentidos e formas do 'dativo' no português. *Revista Letras*, n. 21, p.159-175, 2001.
- BERLINCK, R. de A. *La position du sujet en portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Tese (Doutorado em Linguística) Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica, 1995.
- BERLINCK, R. de A. Sobre a posição do sujeito nas comédias de José de Alencar. *Estudos Linguísticos*, v. 28, p. 269-276, 1999.
- CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, Deborah (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood, NJ: Ablex, 1982. p. 35-53.
- CINTRA, L. F. *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 163-184.

DUARTE, M. E .L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M.A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio 'Evite pronome' no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1995.

FARACO, C. A. O tratamento  *você*  em português: uma abordagem histórica. In: *Fragmenta 13*, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (Org.). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 189-223.

GUILLÉN, C. La escritura feliz: literatura y epistolaridad. *Múltiples moradas*. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.

KRESS, G. *Structure of Discourse and Structure of Explanation*. London: University of London, 1992.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Masterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 17-92.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Internal Factors. Cambridge, Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers. 1994. v. 1.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Social Factors. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers, 2001. v. 2.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

- MARINE, T. C. *O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele?* Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2004.
- NOBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega* Coimbra: Universidade, 1955.
- PETRUCCI, A. Escritura y epistolografía. *Cultura escrita e sociedade*. Gijon: Ediciones TREA, 2006. n. 2.
- PONTES, E. O “continuum” língua oral e língua escrita: por uma nova concepção de ensino. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*. Campinas/IEL, n. 12, jul./dez., p. 101-107, 1988.
- PORTELLI, A. Historia y Memoria: la muerte de Luigi Trastulli. *Historia y Fuente Oral*. Barcelona, n. 1, p. 5-33, 1989.
- TANNEN, D. The Oral/Literate Continuum in Discourse. In: TANNEN, D. (Ed.). *Spoken and Written Language*. New Jersey: Ablex, 1982.
- TARALLO, F. L. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo, Ática, 1990.
- TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: an introduction*. Middlesex, England: Penguin Books, 1974.
- VIOLI, P. Cartas. In: VAN DIJK, T. *Discurso y literature*. Madri: Visor, 1999. p. 181-203.
- VIVES, L. *Epistolário*. Madri: Nacional, 1978.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.